

# PAPÉIS ESQUECIDOS: O COTIDIANO DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE DE 1941<sup>1</sup>

## *FORGOTTEN PAPERS: THE EVERYDAY LIFE OF A SCHOOL INSTITUTION THROUGH ACTIVITY REPORT OF 1941*

Josineide Siqueira SANTANA\*

**Resumo:** Este artigo investiga as práticas educativas e o cotidiano escolar no Orfanato de São Cristóvão (atual Lar da Imaculada Conceição), fundado em 1911 para amparar meninas órfãs. As concepções da Cultura Escolar inspiraram este trabalho que pretende conhecer aspectos dessa casa de educação e sua contribuição para a História da Educação Feminina em Sergipe. A partir do Relatório de Atividades enviado pelo Frei Eusébio Walter, diretor do Orfanato de São Cristóvão, ao Interventor Federal em Sergipe, Capitão Milton Pereira de Azevedo, em 1941, percebemos os aspectos da instituição: composição da diretoria, organização curricular e a instrução escolar, condições sanitárias, atividades extra curriculares, comemorações e lazer. Para a realização desta pesquisa foram consultados arquivos públicos e privados e algumas fontes, tais como: relatório de atividades de 1941, depoimento escrito e bibliografia especializada.

**Palavras-chave:** Relatório; orfanato; educação feminina.

**Abstract:** This study investigate the educational practices and school everyday at Orphanage of São Cristóvão (Current Home of the Imaculada Conceição), founded in 1911 to support orphans girls. Conceptions of School Culture inspired this work we want to know aspects of home education and its contribution to the History of Women's Education in Sergipe. From the Activity Report sent by religious Eusebio Walter, Director of the Orphanage of São Cristóvão, to the Federal Interventor in Sergipe, Captain Milton Pereira de Azevedo in 1941, we can see aspects of the institution: the composition of the board, organization of curriculum, organization of schooling, health conditions, extra curricular activities, celebrations, and leisure. For this research were consulted public and private archives and sources such as: Activity Report of 1941, written statements and specialized bibliography.

**Keywords:** Report; orphanage; feminine education.

Durante o desenvolvimento da pesquisa sobre o Orfanato de São Cristóvão (atual Lar Imaculada Conceição) e a Escola da Imaculada Conceição, no município de São Cristóvão, em Sergipe, encontramos esquecido dentro de um dos livros de “Ponto Diário” da instituição um relatório de atividades, datado do ano de 1941. Naquele momento, dado ao adiantado da hora não pudemos nos deter ao que realmente aquele papel gostaria de nos falar. Passado alguns dias, voltamos ao arquivo e conseqüentemente ao mesmo livro e então com mais tempo, resolvemos nos apresentar. Pronto! Começamos a ler aquele documento e percebemos que o mesmo trazia muitas

---

\* Mestre em Educação – Doutoranda em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Jardim Rosa Elze, CEP: 49100-000 – São Cristóvão, SE, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisas em *História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições escolares e Práticas Escolares* (GEPHE). Professora da Rede Pública Estadual de Educação em Sergipe. E-mail: josi-siqueira2010@hotmail.com

informações e questões relacionadas à vida cotidiana do Orfanato de São Cristóvão. Então era só parar e vislumbrar o que esse relatório gostaria de nos dizer. Eis um bom começo!

Assim, nasceu esse artigo, com um recorte temporal curto, ou seja, o ano de 1941, e desejoso de mostrar como um relatório esquecido entre livros de uma instituição centenária pode nos apontar tantos caminhos. Através de sua leitura, se a “sensibilidade nos permite”, percorremos cada corredor daquela casa de educação. Andamos pelo pátio, percebemos o barulho na hora da merenda, vimos as janelas abertas e sentimos o sol que sempre brilha forte em São Cristóvão. Pensamos como seriam resolvidos os problemas decorrentes da falta de subsídios econômicos, as mudanças advindas com as práticas higienistas e quanto aquela instituição teria que fazer para atender a muitas questões.

Pensamos nas meninas que ali viviam, algumas delas sem mãe, sem pai e outras tantas sem ninguém que as amparasse. O que elas desejavam? Aprender um curso de datilografia ou um curso de jardinagem? Uma coisa era certa, todas deveriam saber bordar. Não só bordarem em tecidos delicados, mas bordarem a delicadeza e dificuldades da própria vida. E assim, quando afinal chegasse o tempo de partir para construir sua própria história, quem sabe poderiam conseguir um marido que as acolhesse ou uma casa onde pudessem desenvolver ofícios domésticos, ou ainda, com um pouco de sorte, dar continuidade aos estudos das ditas profissões femininas, como enfermagem ou magistério.

Desse modo, refletindo sobre todas essas coisas, nos voltamos à historiografia educacional e suas possibilidades de pesquisa e assim levamos em consideração que muitas podem ser as formas para se estudar a História da Educação e muitas também podem ser as fontes para esse estudo, tais como: jornais, diários, anuários, periódicos, relatórios, dentre outros. Em nosso artigo, optamos pela análise dos relatórios, pois foram

Produzidos em cumprimento a determinações legais, professores, diretores de escolas, inspetores e secretários de educação registram descrições, muitas vezes minuciosas, da organização administrativa e didático-pedagógica das instituições educativas das ocorrências profissionais, os eventos comemorativos e os problemas do ensino público (SOUZA, 2000, p.11).

Vale ressaltar que, mesmo sendo fruto de “cumprimentos a determinações legais”, ou seja, uma produção dos órgãos estatais, os relatórios de ensino nos proporcionam um

excelente material para o entendimento da cultura escolar e das práticas educativas nas instituições de ensino. Tomando por base a importância dessa fonte e o olhar proporcionado por ela, objetivando apresentar os aspectos norteadores da educação de órfãs em Sergipe, bem como o cotidiano e as práticas educativas implementadas no Orfanato de São Cristóvão, a partir das informações apresentadas no Relatório de Atividades de 1941.

### *Orfanato de São Cristóvão: um breve histórico*

No ano de 1911, por iniciativa da senhora Josefa Felizarda, enfermeira responsável pelo cuidado das últimas irmãs religiosas da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão, foi fundado o Orfanato de São Cristóvão, cujo objetivo seria amparar crianças órfãs, preferencialmente meninas (MONTEIRO, 1993).

Em uma de suas viagens ao interior do Estado, como de costume, com o intuito de arrecadar donativos para a Santa Casa de Misericórdia, Dona Josefa Felizarda levou à presença do Frei Cornélio Neises da OFM (Ordem Franciscana Menor) duas órfãs<sup>2</sup> e, a partir de então, juntamente com os freis Elias Essafeld e Joaquim Benke, ambos da OFM (Ordem Franciscana Menor), o Orfanato deu os seus primeiros passos recebendo no ano de 1911 mais outras meninas.

Muitas destas órfãs eram “filhas de pais e mães viúvas” (MONTEIRO, 1993), mas devido à situação de seus responsáveis, eram entregues aos cuidados da referida instituição. Com a chegada das novas internas, Dona Josefa Felizarda comunicou ao frei Cornélio Neises sobre o seu desejo de se afastar do serviço, uma vez que já não se sentia inclinada ao trabalho. Diante da situação foi convidada para a administração da casa a Professora Maria Muniz, conhecida por Dona Mariquinhas que, juntamente com sua irmã Flora Muniz, passaram a cuidar das órfãs. As dificuldades eram inúmeras, por isso tinha-se a convicção de que o número de meninas não poderia ultrapassar 15. Apesar do pequeno número, o trabalho não era fácil, por isso um grupo de moças da cidade que formavam a Pia União das Filhas de Maria se uniu à causa, onde realizavam os mais diversos trabalhos, tais como: limpeza, costura, trabalhos manuais, dentre outros. Foi nesse período, que surgiu com o objetivo de angariar fundos para a entidade a “Sociedade Protetora”, que após ter elaborado o seu estatuto, deu o nome de Orfanato de São Cristóvão, para aquela casa de educação. Com a instituição da Sociedade Protetora, a Professora Maria Muniz, informou seu desejo de afastar-se dos trabalhos no orfanato, desse modo

Em 1922, com a saúde abalada e sentindo-se cansada, a então diretora Dona Mariquinhas solicitou ao vigário seu afastamento. Assim Frei Cornélio resolveu pedir ao seu confrade Frei Amando Bahlmann que lhes enviassem algumas irmãs da recém-criada Ordem das Irmãs Missionárias da Imaculada Mãe de Deus. Essa ordem foi criada pelo Frei Amando Bahlmann juntamente com a irmã Maria Imaculada de Jesus (Elisabeth Trombock).<sup>3</sup>

Atendendo ao pedido, Dom Amando Bahlmann enviou para continuar a missão de acolhimento às órfãs de São Cristóvão as seguintes religiosas: Irmã Maria Escolástica Hilmer, Irmã Joana Bodefelf, Irmã Úrsula Lutig e Irmã Batista da Silva, todas neo-professas. Desse modo, no ano de 1923, o Bispo Dom José Thomaz Gomes da Silva entregou a referida instituição aos cuidados da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, na pessoa da Reverenda Irmã Maria Escolástica Hilmer que na ocasião representava a Reverenda Geral da Congregação, Maria da Imaculada Conceição Trombock.

Foi ao domingo 17 de Dezembro de 1922, que chegaram no trem baiano, às 9 horas da manhã as primeiras Clarissas Missionárias da Imaculada Conceição em São Cristóvão. Irmã Escolástica Hilmer, Ir. Joanna Bodefelf, Ir. Úrsula Lutich, Ir. Baptista da Silva vieram destinadas pela ordem da Revm<sup>a</sup> Madre Geral a tomarem conta do Orfanato aos pedidos insistentes do Exm<sup>o</sup> Snr. Bispo D. José e do Vigário Frei Cornélio Neises, O.F.M. Foram mui respeitosamente recebidas na estação pelo Revm<sup>o</sup> Snr. Vigário Frei Bernardino, Dona Maria Muniz diretora do Orfanato, D. Lucina digníssima Professora, 12 pequenas órfãs, muitas Filhas de Maria e outras pessoas interessadas [...] Terminada a Santa Missa seguiram a convite de D. Maria Muniz ao Lar destinado, a antiga Casa de Misericórdia[...] em que foi preparado para agradar as irmãs tanto quanto a mesa como as cellas. Depois d'uma festiva recepção com hinos e declamações manifestando sentimentos de agradecimento a Deus, de respeito e obediência.<sup>4</sup>

Após a recepção, as irmãs foram informadas pela diretora “de tudo que era preciso saberem, fazendo logo o contrato de trabalharem com firmeza para o progresso da casa e para o bem das pobres orfãzinhas”.<sup>5</sup> A cidade de São Cristóvão,<sup>6</sup> no momento da chegada das religiosas, contava com uma população extremamente pobre, o que certamente fazia do Orfanato um lugar de refúgio para as filhas dos mais necessitados.

Embora contasse com a benevolência de alguns benfeitores, a maior parte de tudo o quanto era consumido vinha da população carente do lugar, assim registra o Livro de Crônicas:

Passaram-se em seguida os dias de trabalho, em bastante pobreza [...] Sentiram-se as bênçãos do céu e nunca faltou o necessário, pois a população apesar de bastante pobre sentiam-se felizes em oferecerem pequenos presentinhos, como frutas, doces etc. Também com esmolas e donativos contribuíram para realizarem os projetos da transformação e do suplemento da Casa.<sup>7</sup>

Mesmo com tantas dificuldades as religiosas não se abateram e assumiram outro compromisso, bem mais desafiador: abrir uma escola para assim acolherem as órfãs da instituição, uma vez que essas meninas não poderiam sair para estudar em outro lugar. Estando todas sob a tutela da congregação se caracterizaria grande preocupação que as internas deixassem o recinto do orfanato para qualquer atividade senão acompanhadas pelas religiosas.

A solução para esse problema começou a despontar a partir do momento em que o Bispo de Aracaju, Dom José Thomaz Gomes da Silva, resolveu transferir de forma “perpétua” para a congregação, o prédio e os bens que faziam parte da antiga Santa Casa de Misericórdia, onde o Orfanato se estabeleceu.

Durante estes dias, D. Amando, visitando o Exm<sup>o</sup> Snr. Bispo de Aracaju. D. Amando trouxe de lá o documento que fossem transferidas em perpétuos domínios da nossa congregação todos os bens da Santa Casa de Misericórdia incluso o patrimônio com a única condição de manter ai um orfanato.<sup>8</sup>

Ou ainda, como destacamos nos Estatutos do Orfanato de São Cristóvão, no qual se lê

No caso de dissolução do Orfanato, por desistência das Religiosas a que está entregue, o prédio em que funciona e que foi doado “INPERPÉTUO” para este fim, pela Autoridade Diocesana, voltará, com todas as benfeitorias à Entidade doadora, bem como as apólices da Santa Casa de Misericórdia e as existentes e por existir em nome do Orfanato e, ainda, todas as rendas que puderem ser transferidas,

isto é, subvenções e auxílios e, ainda, a casa onde funciona a Escola, e tudo enfim que constituía ou venha a constituir renda ou patrimônio.<sup>9</sup>

Mediante os relatos acima, o prédio do Orfanato de São Cristóvão passou aos cuidados da congregação religiosa que a partir daquele momento desenvolveria todo um trabalho em prol da infância feminina pobre e desvalida. Assim, tendo recebido os domínios patrimoniais da instituição, no início do ano 1923, foi aberto anexo ao prédio do Orfanato o Colégio da Imaculada Conceição, com o principal objetivo de “trabalhar pela educação religiosa das crianças” (MONTEIRO, 1993).

Começou no dia 15 de janeiro do ano de 1923 a aula para as órfãs em que a Irmã Superiora se incumbiu do ensino. Ajudando nas lições de português D. Lucina. Conferiu-se pela manhã o ensino científico das 8 as 11 e meia. Pela tarde as órfãs foram empreendidas nos trabalhos manuais, em que principalmente se dedicaram a ponto de marca, por chegar neste ramo sempre bastantes encomendas.<sup>10</sup>

Aliados aos objetivos propostos pelas religiosas sobre como deveriam proceder os ensinamentos naquela casa de educação, existiam ainda algumas questões que faziam parte do contexto vivido, a saber: “a feminização do catolicismo cada vez mais presente, principalmente nos manuais das congregações religiosas, ensinando a ensinar, propagando as virtudes e qualidades daquelas que irão ensinar” (LOPES; GALVÃO, 2001, p.72). Afinal, educação e fé eram ingredientes necessários à formação daquelas meninas.

De maneira célere as notícias sobre a educação dispensada às meninas órfãs correram todo o Estado de Sergipe, bem como a região norte do Brasil,<sup>11</sup> em especial os estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco, que enviariam posteriormente grande número de meninas para essa instituição.

*Do Frei-Diretor para o Capitão- Interventor: os problemas e o cotidiano do Orfanato de São Cristóvão através do Relatório de atividades de 1941*<sup>12</sup>

Com o passar dos anos, o Colégio da Imaculada Conceição ou simplesmente Colégio do Orfanato, como era conhecido, se tornou uma instituição respeitada e consolidada, devendo cumprir com todas as exigências impostas pela instrução pública

para assim garantir não só seu funcionamento, mas o recebimento de subvenções dos órgãos públicos, uma vez que além do colégio a instituição era formada também pela casa de órfãs.

No ano 1941, o então diretor da instituição, Frei Eusébio Walter, apresentou Relatório das Atividades do Orfanato de São Cristóvão ao Interventor Federal do Estado de Sergipe, Capitão Milton Pereira de Azevedo. Neste relatório são apresentados diversos aspectos da instituição, tais como: composição da diretoria, matrículas, currículo, questões sanitárias, investimentos e rendas, gastos, arquitetura do prédio, dentre outras.

O terreno onde estava edificado o prédio do Orfanato de São Cristóvão tinha um total de 3.311 m<sup>2</sup>, do qual 1.184 m<sup>2</sup> correspondiam à parte edificada que era composta por dois prédios, um deles com dois andares, dez compartimentos sanitários e duas salas de aulas.

A Diretoria Geral do Orfanato de São Cristóvão estava composta pelo Diretor – o Vigário da Paróquia de São Cristóvão; Diretora ou Provedora – Superiora da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, a quem é confiada à educação das órfãs; Tesoureiro, Secretário e quatro Vogais eleitos anualmente em sessão previamente convocada para esse fim.<sup>13</sup>

Naquele ano a matrícula apresentou um número de 68 alunas, sendo que 15 saíram em condições regulamentares<sup>14</sup> e 12 novas internas foram acolhidas, perfazendo assim um total de 65 internas. Esse número acarretava despesas e problemas, tais como: “a falta de fazendas,<sup>15</sup> calçados e sobretudo a escassez de espaço no dormitório” (WALTER, 1941). Devido à falta de espaço as irmãs passaram a recorrer à “enfermaria, quando desocupada ou juntar as camas” (WALTER, 1941, p.2). Atitude, essa, que ia de encontro a tudo o que pregava as práticas de higiene, visto que um dos principais objetivos das Práticas Higienistas era evitar doenças e criar hábitos saudáveis para a sociedade. O higienismo buscou a construção de uma nação brasileira, cabendo à mulher ser a peça fundamental nesse processo mediante a possibilidade de torna-se mãe. Essas práticas deviam ser cultivadas “desde a infância, por isso atribui-se à escola primária o papel de disseminação dos bons hábitos higiênicos” (AZEVEDO, 2004, p. 29). Tendo em vista o Orfanato ser uma instituição voltada à educação de meninas, a preocupação aumentava, pois existia todo um projeto que reservava “à mulher a responsabilidade pela higiene doméstica e aos cuidados com a saúde da prole” (ALMEIDA, 2007, p. 74). Logo, educar meninas seguindo essas práticas seria educar as futuras mães, para assim tornar melhores os homens.

No tocante ao Estado Sanitário, o relatório apresentou as muitas dificuldades quanto a esse item, pois ocorreram dois casos suspeitos de gripe e impaludismo,<sup>16</sup> o que ocasionou muita apreensão a todas as moradoras do Orfanato. O relatório informa ainda que essas menores só foram aceitas porque a moléstia “não se tinha generalizado quando apresentaram atestados de saúde na data de entrada na instituição” (WALTER, 1941) Com o objetivo de sanar esse problema as portadoras da moléstia foram enviadas para Aracaju, onde se submeteram a exames, sendo que uma das internas apresentou resultado positivo e por esse motivo foi internada no isolamento do Hospital Santa Isabel, já a outra interna foi posta em tratamento rigoroso e uma vez recuperada voltou ao convívio das demais.

Temendo novos problemas de saúde entre as menores, a direção da casa solicitou ao Sr. Hormindo Menezes, diretor do Serviço de Luz e Força, uma “marinete para o transporte de todas as órfãs a Aracaju, onde no Palácio Serigí, o Dr. Lourival Bonfim prestou-se a atendê-las, examinando-as pelo Raio X” (WALTER, 1941, p. 2). Após uma série de exames e nada constatado, a direção da instituição permitiu às internas que fossem de férias à casa de parentes e protetores.

A Instrução e Educação das menores aconteciam através do Curso Primário Fundamental com quatro anos de duração, as aulas eram ministradas pela normalista diplomada, Maria Paiva Monteiro, professora primária de 1ª Entrância e contava com o auxílio da Irmã Religiosa Natália Vieira.<sup>17</sup> Todos os trabalhos desenvolvidos na Instituição eram voluntários, exceto o da professora Maria Paiva Monteiro, que recebia seus rendimentos dos cofres do Estado.

Ainda sobre a Instrução, destacamos o Currículo Escolar, que seguia as determinações da Instrução Pública Estadual, sendo ministradas as disciplinas obrigatórias e cursos complementares:

Quadro I – Currículo Escolar e Cursos Complementares

<b>Disciplinas Obrigatórias</b>	<b>Cursos Complementares</b>
Português	<b>Trabalhos Manuais</b>
Matemática	Corte e costura
História de Sergipe	Bordado
Geografia	

Religião	<b>Artes Domésticas</b>
Noções de Ciências Físicas e Naturais	Lavagem de roupa
Educação Moral e Cívica	Goma
Desenho	Culinária
Geometria	Asseio da casa
Educação Física	Jardinagem
Canto Orfeônico	

Fonte: Relatório de Atividades de 1941. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição

Além dessas disciplinas curriculares, também eram oferecidos dois cursos complementares: Trabalhos Manuais “que dura todo o tempo do internato e cujas lições vão sendo graduadas à medida do gosto e capacidade das alunas” (WALTER, 1941, p. 3) e Artes Domésticas no qual as meninas se “preparam para as atividades da vida futura por uma constante prática dos trabalhos caseiros assistidas pela direção das irmãs” (Walter, 1941, p. 3). Ambos os cursos eram ministrados por uma “irmã mestra diplomada em escola oficial do Estado da Bahia” (WALTER, 1941, p. 3).

A partir do currículo apresentado constatamos a preocupação com a educação feminina, principalmente, nas instituições ligadas à Igreja Católica, na qual se fazia “necessário que as mulheres fossem educadas para que o lar, marido e filhos se beneficiassem” (ALMEIDA, 2007, p. 82). As meninas eram educadas para se tornarem guardiãs da moral e dos bons costumes, especialmente no caso de órfãs, o rigor seria ainda maior, pois a educação oferecida pretendia prepará-las para as tarefas de cunho materno e doméstico, pois ao saírem do Orfanato essas meninas precisariam ser acolhidas por famílias ou pelos futuros maridos. Por isso, embora o currículo contasse com as chamadas disciplinas elementares “dedicavam-se, sobretudo às prendas domésticas e aprendizagem de boas maneiras” (ALMEIDA, 2007, p. 56). Vale lembrar que o Orfanato de São Cristóvão estava em sintonia com o que se pensava na época em relação à educação feminina, ou seja, prepará-las para os serviços domésticos, cuidados com o marido e os filhos e sem nenhuma perspectiva de trabalho assalariado, pois o trabalho de natureza intelectual poderia cansá-las. Educada assim, seria uma melhor companhia para o homem.

Apesar do cuidado com a aprendizagem dos afazeres domésticos, o Orfanato estava empenhado em adquirir uma máquina de escrever para que as meninas pudessem

aprender datilografia e mecanografia, aumentando assim o número de cursos complementares oferecidos pela instituição.

A atenção com o desenvolvimento da Língua Portuguesa serviu de incentivo para que as alunas do 2º, 3º e 4º ano criassem um jornal escolar intitulado “Memórias Infantis”. O periódico circulou mensalmente durante todo o ano letivo de 1941 e, segundo as informações apresentadas no documento analisado, tinha por objetivo “desenvolver-lhes a capacidade intelectual e o gosto pela leitura e escrita em nossa língua” (WALTER, 1941, p. 3).

O Orfanato de São Cristóvão apresentava como característica principal o regime de filantropia, e graças a ele conseguiu diversas subvenções. Neste item, observamos uma apresentação criteriosa por parte do relator que apresentou os dados de forma minuciosa. A movimentação financeira apontava um saldo de seis Contos e cinco mil réis (6:005\$000), “sendo cinco mil Réis (5\$00) no caixa e seis Contos (6:000\$000) em conta corrente” (WALTER, 1941, p.3).

Com o objetivo de sanar alguns problemas financeiros da instituição, Helena Azevedo, uma das amigas da casa, organizou um festival, que teve como saldo final a importância de dez Contos de Réis (10:000\$000), quatro Contos (4:000\$000) em dinheiro e seis Contos (6:000\$000) em conta corrente. Além da ajuda financeira a instituição foi agraciada com um bom provimento “de roupas de cama, fazendas, toalhas, biscoitos” (WALTER, 1941, p. 3) dentre outros itens. Sanadas as questões financeiras, o diretor informou que “o superávit indicado seria empregado nas realizações inadiáveis e de conforto para as pobres abrigadas” (WALTER, 1941, p. 3). Sobre as reformas implementadas no prédio, nos chama a atenção a ênfase dada para as que ocorreram nas salas de aula “carecidas que estavam de uma adaptação conveniente” (WALTER, 1941, p.3). Para isso, foram refeitos o piso em mosaico, abertas janelas cujo objetivo seria arejar o espaço, buscando assim cumprir os ideais higienistas que viam a educação como um “elixir responsável pela instalação de uma nova era” (GONDRA, 2003, p. 530). Assim, não só as reformas no prédio, mas a compra de novas carteiras podia proporcionar “às órfãs aprenderem com mais conforto e eficiência” (WALTER, 1941, p. 4).

As subvenções recebidas pelo Orfanato vinham de esferas diferentes do poder público, como a Subvenção Federal que foi recebida entre os anos de 1930 a 1940, subvenção Estadual, conseguida através do Decreto nº 931 de 27 de abril de 1926, durante o governo de Graccho Cardoso e que no de 1941 recebeu um aumento de cem mil Réis (100\$000), Subvenção do Município de Aracaju, Subvenção do Município de

São Cristóvão e um auxílio dos deputados. Além dessas subvenções, o Orfanato contava ainda com esmolas e contribuições particulares, juros obtidos através de apólices, vendas de trabalhos manuais e objetos de devoção. Tudo o que entrava financeiramente apresentava um destino certo: os gastos com as internas. Cada órfã era assistida nas seguintes despesas:

Quadro II – Despesas com as órfãs e com a manutenção da instituição

<b>Despesas/Órfãs</b>	<b>Despesas/Manutenção da instituição</b>
Asseio e higiene	Manutenção das camas, armários e bancos da igreja
Farmácia	Roupas de cama
Dentista	Talheres
Serviços Médicos	Pratos
Roupas em geral	Copos
	Lençóis

Fonte: Relatório de Atividades de 1941. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Tendo em vista as despesas relacionadas e visando contribuir para a economia da casa “as Irmãs Franciscanas Missionárias da Imaculada Conceição cujo carinho e cuidado esta entregue este abrigo, procuram atenuar as despesas incumbindo-se elas mesmas, quanto o possível, de vários trabalhos da casa” (WALTER, 1941, p. 4).

Como um balanço final, o diretor da instituição, Frei Eusébio Walter, conclui que o ano foi muito proveitoso para todos que faziam àquela casa de educação e solicitou do Interventor Federal que continuasse a ajudar o Orfanato, que desde a sua fundação vem acolhendo meninas pobres e desvalidas ajudando assim na educação de órfãs em Sergipe.

### *Considerações finais*

Em suma, através da leitura do referido relatório, conseguimos entender de alguma forma a vida no interior daquela casa de educação, as aspirações, as mudanças, currículo, espaço e arquitetura, ou seja, todas essas coisas nos ajudam a contemplar e a

visualizar outras tantas formas de aprender e entender a História da Educação. Torna-se importante ressaltar que as práticas educativas realizadas no Orfanato de São Cristóvão, bem como no Lar da Imaculada Conceição, encontravam-se em total consonância com os modelos educacionais femininos existentes no período.

Faz-se necessário a percepção de que as informações e as reflexões apresentadas no relatório de atividades que tomamos por base para a construção do referido texto podem apresentar importantes contribuições para o estudo da História da Educação, tais como: a compreensão do processo higienista nas escolas primárias, as questões relacionadas à instrução e educação feminina, hábitos, convivência e cotidiano em instituições confessionais de ensino, percepção das questões relacionadas à saúde, inclusive informando sobre as moléstias mais frequentes. Enfim, muitas são as possibilidades vislumbradas mediante um “papel esquecido”.

Iniciamos esse texto falando sobre um relatório esquecido dentro de um livro, assim, antes de fechar o “Livro de Ponto Diário”, gostaríamos de registrar que tantos outros relatórios, cartas, recortes de jornais podem estar esquecidos dentro de algum outro livro. Às vezes, na correria de nossas pesquisas e por perseguimos “aquele objeto, aquela fonte que responderá a todas as nossas dúvidas”, perdemos boas oportunidades. É necessário parar, respirar e se entregar as novidades e descobertas que um papel esquecido dentro de um livro pode nos possibilitar, pois, neste caso, a fonte encontrada ou nosso pequeno “achado” nos oportunizou falar dessa história e compartilharmos com as meninas e as religiosas do Orfanato de São Cristóvão um pouco do vivido no ano de 1941.

## Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas: Autores Associados, 2007.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa. Higienismo e Educação: Práticas Higienistas nas Escolas Primárias Graduadas de Aracaju no início do século XX. *Anais da VII Semana de História*. São Cristóvão, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRANÇA, Vera L. A.; CRUZ, Maria Tereza S. *Atlas Escolar de Sergipe: espaço geocultural*. João Pessoa: Editora Grafset, 2007.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)*. São Cristóvão, 2003. (Coleção Educação é História).

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane M.T; FARIA FILHO, Luciano M. de; Cinthya. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. Itinerário de Pesquisa e Cultura Escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius. *Ideário e imagem da Educação Escolar*. Campinas: Autores Associados; Araraquara: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, 2000.

### Fontes

*Estatutos do Orfanato da Imaculada Conceição da Cidade de São Cristóvão – 1957. Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958)*

WALTER, Eusébio. *Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão)* s.n.t.1941.

MONTEIRO, Maria Paiva. *Relato escrito, datilografado e assinado pela professora*. São Cristóvão: s.n.t. 24 de novembro de 1993.

### Notas

<sup>1</sup> O presente artigo trata de versão modificada do trabalho apresentado com o título de “As atividades e o cotidiano do Orfanato de São Cristóvão a partir do Relatório de Atividades de 1941” no V CBHE- Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado em Aracaju, Sergipe, de 09 a 12 de novembro de 2008.

<sup>2</sup> Não consta nos documentos do Lar da Imaculada Conceição (antigo Orfanato de São Cristóvão) nome ou procedência das referidas menores.

<sup>3</sup> Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958), p.01. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>4</sup> Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958) p.01. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>5</sup> Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958) p. 01. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>6</sup> A cidade de São Cristóvão está localizada na região geográfica Leste Sergipano que compreende a faixa costeira e áreas circunvizinhas e se caracteriza pela maior densidade populacional, resultante da presença da área metropolitana de Aracaju. Foi fundada em 1590 pelas tropas do português Cristóvão de Barros. A “Cidade de Sergipe” como ficou conhecida, mudou de lugar duas vezes, antes de fixar-se na atual localização. A cidade é marcada pela presença forte da religiosidade popular e de ordens religiosas como as ordens franciscanas, carmelitas entre outras (FRANÇA; CRUZ, 2007, p. 37).

<sup>7</sup> Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958) p. 02. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>8</sup> Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958) p. 04. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>9</sup> Das Disposições Gerais e Transitórias - Art. 23 dos Estatutos do Orfanato da Imaculada Conceição da Cidade de São Cristóvão – 1957.p. 11. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>10</sup> Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958) p. 02. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>11</sup> O termo nordeste só será usado a partir dos anos de 1940.

<sup>12</sup> Embora o Orfanato de São Cristóvão tenha o nome alterado para Lar da Imaculada Conceição apenas em 1969, o relatório de atividades que serviu de base para a produção do nosso trabalho apresenta a instituição com o nome de Lar da Imaculada Conceição já em 1941. Por esse motivo conservaremos em nosso texto o nome apresentado no referido documento.

---

<sup>13</sup> Segundo Ferreira, “Vogal” significa pessoa que tem voto em assembléia.

<sup>14</sup> Condições regulamentares- atingir a idade de 18 anos.

<sup>15</sup> O termo “fazenda”, aqui utilizado, refere-se a “tecido”.

<sup>16</sup> Impaludismo correspondente a Malária.

<sup>17</sup> Segundo Freitas, depois de formada, a normalista deveria iniciar a carreira no interior, primeiramente em uma escola de primeira entrância, situada em um povoado.

Artigo recebido em: 28/03/2014. Aprovado em: 01/12/2014.